

O OCEANO MORENO (*)

Adriano Moreira

1- Entre os resultados da ação conjunta dos povos peninsulares, Portugal e Espanha, conta-se o fato de que, independentemente da balança de poderes efetiva, ou da espécie de ordem mundial em vigor, o Atlântico Sul fica dentro das fronteiras culturais do iberotropicalismo, um alargamento que o próprio Gilberto Freyre fez do seu conceito original de lusotropicalismo.

Trata-se do sincretismo que superou as diferenças entre o humanismo europeu que orientou a ação da descoberta, conquista e colonização, e as estruturas culturais dos novos povos aborígenes que senhoreavam os territórios encontrados, nas duas costas do mar salgado, separados pelas poldras que eram as ilhas e arquipélagos desertos, mais tarde procurados para exercerem a função de estações intermediárias da navegação e do tráfego.

Tal emergência, como lhe chamaria o mesmo Gilberto, não resultou de um concerto entre as soberanias peninsulares em cooperação, tal como o Euromundo, de que aquela é parte, nasceu da ação convergente de todas as soberanias européias, convergência em resultados harmônicos a despeito da guerra civil permanente entre os agentes.

Essa guerra civil da cristandade também pontuou a história secular das relações peninsulares, não obstante a excelente intenção do Tratado das Tordesilhas (1494) e das Bulas *Aeterni Regis Clementia*, de 21 de Julho de 1481, e *Inter Caetera*, de 4 de Maio de 1493. Na perspectiva que adotamos, tratou-se do fenômeno do centralismo castelhano, que orientou todas as nacionalidades peninsulares para uma sociedade estadual, com a única exceção da nacionalidade portuguesa, uma das que, na Europa, mais cedo provou a validade e viabilidade do Estado-nacional.

Todavia, o resultado efetivo, a emergência histórica, foi que a vizinhança peninsular se repetiu na América do Sul, onde o Brasil, que é a maior expressão da intervenção portuguesa no mundo, tem fronteiras com

(*) Originalmente apresentado como conferência em Mérida, no Colóquio "América-Espanha-Portugal", da Universidade Nacional de Educação à Distância, a 23 de abril de 1992.

os Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela e Guiana. Repetiu-se o fenômeno da fronteira, e da convergência de valores dentro de um pluralismo político secular ⁽¹⁾.

Existem certamente muitas outras razões para que o Brasil não tenha sido pulverizado em soberanias, ao contrário do que aconteceu com a área de fala espanhola, mas parece certo que a presença do Rei durante as invasões napoleônicas ocorridas na Europa, o facto de ter sido a sede do governo do Império português nesse período, o peder atrator da coroa, que continuou depois da independência, tiveram importância. O princípio monárquico, único caso do continente que vingou, o modelo do Império brasileiro, viabilizou a unidade republicana posterior.

Parece de reconhecer que a identidade ganha por todo o continente americano, de Norte a Sul, se desenvolveu em polêmica com a Europa, que Adam Smith, publicando o seu livro na data da independência dos EUA, considerava como "um só país" do ponto de vista colonial. É certo que as independências do século XIX foram condicionadas pelo interesse inglês, mas também é certo que o corte com as antigas metrópoles foi especialmente da iniciativa dos EUA, que imediatamente proclamaram a Doutrina de Monroe (1823) e assumiram o poder de polícia do continente (1904). Por esse tempo, a soberania portuguesa já não existia naquelas paragens, e a espanhola era praticamente inexistente ⁽²⁾.

2 - A evolução posterior, em tudo o que depende ou respeita à balança de poderes internacionais, definiu os EUA como atrator principal, levando à continentalização da doutrina de Monroe. Os interesses económicos, financeiros, militares e políticos entrelaçaram-se num sistema em que os EUA assumiram a função de Estado Diretor. Enquanto durou o domínio do poder marítimo inglês, e o Reino Unido desempenhou a função fiel da balança dos poderes europeus, a continentalização da doutrina de Monroe foi mais eficaz no norte do que no sul, mas no fim da segunda guerra mundial estava politicamente consumada.

No plano da sociedade civil as coisas eram diferentes, a emigração peninsular alimentava as raízes originárias, os valores católicos defendiam a identidade cultural não obstante a generalização dos padrões constitucionais saxónicos, as fronteiras linguísticas resistiam à assimilação dos padrões de vida privada que apenas seria acelerada pelas revoluções da informação e pela atração das sociedades de consumo.

Desaparecida a competição colonial, e tendo a Espanha regressado

(1) Adriano Moreira, **A Europa em formação**, 3. ed., Lisboa, 1987, p. 54 e segts.

(2) A mensagem de Monroe ao Congresso dos EUA, de 2 de Dezembro de 1823, diz que "os continentes americanos, pela condição livre e independente que assumiram e mantêm, não devem daqui em diante ser considerados como objeto de futura colonização por qualquer poder europeu...". Era um aviso ao legitimismo da Conferência de Viena, de 1815. Mais tarde, em Maio de 1904, o Presidente Teodoro Roosevelt declarou: "no hemisfério ocidental a adesão dos EUA à doutrina Monroe pode forçar aos EUA, ainda que com relutância, em casos flagrantes de tal agressão ou interferência, a exercer um poder de polícia internacional".

à Europa mais cedo do que Portugal, desapareceu definitivamente qualquer razão objetiva para temer ou guardar recordação de conflitos que se multiplicaram até ao fim do século: a confrontação entre a França e a Inglaterra em Fashoda (1898), para controlar o Nilo; o incidente de Agadir (1911) entre a Alemanha e a França para controlar Marrocos; a guerra Russo-Japonesa (1904-1905); a guerra Boer (1899-1902); a guerra entre os EUA e a Espanha (1898).

Ainda hoje, a consulta do *New York Journal* e do *New York World* elucidam, lendo as reportagens desta última guerra, mesmo na época da revolução da informação, como elas já então contribuíram para estender ao nosso tempo a lenda negra das atrocidades cometidas pelo colonizador. O conflito que o Secretário de Estado John Hay chamou "a splendid little war" acabou com o tratado de 10 de Dezembro, pelo qual a Espanha cedeu Cuba, Porto Rico, Guam e as Filipinas ao governo dos EUA.

Este ponto final tem ainda hoje uma consequência importante nas relações peninsulares e que anotamos para reflexão posterior: é que a hispanidade é fundamentalmente um projeto Espano-Americano, que não se abriu ao entendimento de que o Lusotropicalismo é também africanista ⁽³⁾.

Em África continuou a soberania portuguesa em exercício até 25 de Abril de 1975, ali foram construídos países, como Cabo Verde, Guiné, S. Tomé, Angola e Moçambique, que fizeram renascer, neste século, toda a problemática política de adaptação suscitada pela separação do Brasil, agravada agora pelas muito diferentes e gravosas consequências na estrutura das sociedades civis envolvidas. A perspectiva mundialista de ambos os países, e talvez a construção da maneira de cada um participar no europeísmo institucionalizado, são inevitavelmente funções destas realidades histórico-culturais, que estão em curso de mobilização política. Tornar coerentes as percepções respectivas, e compatíveis os projetos de relacionamento individualizado e comunitário futuro, com esses mundos criados nos mundos encontrados, é um pressuposto da ação eventualmente comum das soberanias peninsulares ⁽⁴⁾.

Em tempos diversos, o regresso dessas soberanias às fronteiras europeias não eliminou o peso histórico, e sobretudo popular, dos conflitos passados, e não é seguro que não se possam revelar vivos, como está a acontecer noutros lugares do chão europeu, diferendos regionais cujas raízes mergulham longe na história comum.

Por muito que se fale na abertura das fronteiras, e na desmobilização da agressividade das soberanias, ninguém em Espanha se atreve a suscitar seriamente a restituição a Portugal de Olivença que persistiu em guardar, nem se espera que o problema de Gibraltar seja remetido facilmente para o

(3) Gilberto Freyre, *O mundo que o português criou*, Rio de Janeiro, 1940.

(4) *L'Espagne et l'Amérique Latine*, problèmes politiques et sociaux, n. 595, La documentation française, Paris, 1988; Mesa, *L'Espagne entre le centre et la périphérie*, L'Événement européen, n. 2, 1988; Daguzan, *L'Espagne à la croisée des chemins*, Paris, 1988.

esquecimento pelos espanhóis, ou para o abandono pelos ingleses. Brios patrióticos que parecem esbatidos, ou nem sequer lembrados, quando a Galiza se aproxima intimamente do norte português, como se a Galécia Bracarense estivesse apenas administrativamente adormecida, podem subitamente retomar a vigência. Tudo exemplos locais de uma teoria geral europeia de oposição fronteiriça, como se o passado dividisse mais do que os sonhos do futuro, admitindo nós todavia que o tempo tribulo não consente uma tal separação, e ou se harmonizam as pontas desse tempo ou não poderá haver marcha comum.

Um dos traços relevantes da estrutura europeia é que os países com fronteira comum foram mais inimigos íntimos do que vizinhos cooperantes.

O imaginário popular, as ideologias políticas e a personalidade básica dos povos recolheram a experiência negativa dos conflitos seculares, que por vezes projetam mitos.

As relações peninsulares não escapam a esta moldura. Tendo isto presente, o centralismo castelhano deve ser considerado o mais responsável pelos aspectos negativos do processo, ao qual resistiu a nacionalidade portuguesa, independente e soberana ⁽⁵⁾.

Mas os valores das várias nacionalidades peninsulares, no que respeita à sociedade civil, são convergentes na criação de símbolos europeus universais que especialmente se encontraram na criação da América Latina, não obstante ter-se repetido o fenómeno da fronteira política peninsular. Os valores comuns e a especificidade de cada uma das nacionalidades inspiram respeito e admiração.

O fato histórico do centralismo castelhano é tratado no pensamento português com a designação de iberismo, e principalmente a partir do século XVII ganhou relevo, como um perigo, na doutrina política, na prática de governos, e no sentimento popular.

Na grande crise nacional do Ultimatum Inglês de 1890, incidente do programa europeu de ocupação da África negra na sequência da Conferência de Berlim de 1885, a questão revestiu novo aspecto. A imposição britânica obrigou Portugal a renunciar aos direitos históricos em que se baseava o seu projeto de unir Angola a Moçambique, conhecido como Mapa Cor de Rosa, e a geração então responsável dividiu-se em duas correntes principais. ⁽⁶⁾

Uma delas, do qual foi símbolo o grande capitão Mouzinho de Albuquerque, quis regressar à África para salvaguardar e revitalizar os territórios do ainda vasto império africano português, e ali escreveu a última das páginas gloriosas da expansão.

(5) A revisão desta atitude foi doutrinalizada. Ver Oliveira Martins, prefácio de **Príncipe Perfeito**, Lisboa, 1896; SARDINHA, António. **A aliança peninsular**, Porto, 1930; **À lareira de Castela**, Lisboa, 1944, RIBEIRO, Raphael. **O iberismo dos Monárquicos**, Lisboa, 1930.

(6) TELES, Basílio. **Do Ultimatum ao 31 de Janeiro**, Porto, 1905; QUENTAL, Antero de. **Prosas**, III, pag. 144; ALMEIDA, Fialho de. **Os Gatos**, 1922, Lisboa, 1º vol.

Outra, teve o grande poeta Antero de Quental como mentor, projetou as suas esperanças no envolvimento do país no processo continental, considerou incidentalmente que a África começava nos Pirineus e que a geografia tinha de ser vencida pelo espírito, encarou o isolamento do país pela interposição da Espanha nos caminhos da Europa, e aderiu ao iberismo político como solução política peninsular.

As duas correntes, que cada uma delas incluiu alguns dos portugueses mais notáveis de todos os tempos, realmente evitam o confronto, não se citam nem se criticam, parecem viver destinos separados com projetos incompatíveis cuja arbitragem é deixada aos acasos da história.

Um dramatismo que apelou aos valores mais profundos da personalidade básica do povo, e que tem expressão simbólica no fato de que tanto Mouzinho de Albuquerque como Antero de Quental se suicidaram, por razões que cada um guardou, adensando o mistério que levou Unamuno a falar dos portugueses como de um povo de suicidas.

O cataclismo da II Guerra Mundial, que obrigou toda a Europa a recolher as legiões a Roma, também determinou, como lembramos, o fim do império colonial português, empenhado numa batalha de retardamento que teve o seu ponto final na Revolução de Abril. Este fato reconduziu Portugal ao modelo originário, isto é, o de ter uma única fronteira terrestre que é com a Espanha, coisa que não se verificava desde o século XV; e obrigou a reconsiderar o conceito estratégico nacional, pelo que a questão do iberismo voltou à atualidade, e não desapareceu da problemática em vigor e desafiante.

Na discussão, que está em curso, de um novo conceito estratégico nacional, o iberismo é examinado dentro de um contexto que não tem precedentes na história passada dos Estados peninsulares, talvez com um dramatismo diferente para os portugueses porque foi mais recente e muito acelerada a mudança de definição do sistema internacional em que se integrava ⁽⁷⁾.

Tendo sofrido uma dramática redefinição das fronteiras físicas no decurso de um quarto de século, passou de multicontinental a periférico da Europa das comunidades, em poucas horas de revolução política.

A busca de um equilíbrio sistêmico, capaz de reconciliar o país com antigas solidariedades perdidas durante o processo colonial, e que amparassem o reencontro interno da coerência entre a sociedade e o Estado, conduziu a opções que representam o abandono de atitudes por vezes seculares. Trata-se de evitar o retorno à situação da primeira dinastia, em que o Reino estava constringido entre Castela e o Mar, imobilismo do qual a Casa de Aviz se libertou pela expansão ultramarina; pela primeira vez na história, Portugal e Espanha pertencem a organizações internacionais

(7) MOREIRA, Adriano. Para um novo conceito estratégico nacional, e Antero e a alternativa europeia. in *Comentários*, Lisboa, 1989.

permanentes e estruturantes de grandes espaços transnacionais, concretamente a CEE, a NATO, a UEO, a CSCE; pela primeira vez, Portugal é participante com a Espanha na gestão de questões europeias e na construção de uma unidade política europeia, contra o conselho tradicional no sentido de se manter alheio às questões continentais; pela primeira vez a fronteira física tende para ser aberta e espiritualizada, em vez de ser uma linha alertada contra a ameaça considerada sempre potencial mesmo quando era longo o período de paz entre os dois países.

Tem parecido que esta questão do iberismo não foi assumida em Espanha na discussão pública do seu novo conceito estratégico nacional, mas em Portugal retomou atualidade e não deve ser evitada nem omitida. Existem líderes de opinião, muito e comprovadamente ligados política e culturalmente à recordação e à vivência do modelo multicontinental português, que falam de ameaça ibérica como de uma fatalidade histórica que virá à superfície em qualquer oportunidade que lhe seja favorável, e alertam para o fato de que o atlantismo da dinastia de Aviz já não é o amparo que representou durante séculos, pelo que é necessário reformulá-lo sem o dispensar⁽⁸⁾.

Parece corresponder aos fatos, todavia, assinalar que o pensamento dominante tende para considerar que a Espanha das nacionalidades não constitui qualquer ameaça política, e que a pertença comum a uma cidadania europeia elimina projetos agressivos de futuro ou lembranças viciosas do passado.

Pensadores como Antonio José Saraiva declaram publicamente que perdeu "sentido o anti-espanholismo que é quase instintivo no nosso povo", e que "a Europa é uma espécie de pátria maior como aconteceu, aliás, na Idade Média do Século XVI"⁽⁹⁾, adotando aparentemente o sentido camoniano que dimensiona a convergência cultural firmando a diferenciação política. Mas a doutrinação, modernista e europeísta, não deixa de reconhecer a atitude popular, como se vê no texto citado, pelo que o problema existe e tem de ser assumido.

Não esquecendo questões como a de Olivença, é de notar que o problema parece sobretudo de percepção recíproca de ambos os países, não tem nenhuma das dificuldades que se multiplicam na Europa e que resultam de fronteiras físicas cuja definição não foi aceita pelas soberanias interessadas.

No momento em que se evolui para a Europa sem fronteiras, no sentido de espiritualizar as linhas de separação geográfica, admitindo a livre circulação de pessoas, de bens, e de capitais, o problema peninsular é, como acontece com muitos outros povos europeus que são fronteiriços,

(8) Ver a explanação de SOARES, Mário. Portugal país euro-atlântico. In: *O Arco Atlântico*. Coord. de Forum Portucalense. Porto: 1991.

(9) in *Revista de o Expresso*, 11 de Abril de 1992, 71-Q, onde se encontra uma interessante amostra de depoimentos.

o de espiritualizar as fronteiras psicológicas traçadas pela história, pela doutrinação política, pelas ideologias com peso social, pelo isolamento, pela falta de comunicação.

A investigação tem demonstrado que as percepções ultrapassam os fatos em duração, que a velocidade da mudança da realidade é maior do que a mudança dos conceitos que a fixaram no imaginário popular, e até na afirmada experiência dos estadistas. O perigo ibérico, a ameaça ibérica, a absorção pelo centralismo castelhano, a assimilação do investimento espanhol ao anúncio da agressão, são representações que não desaparecem nem sequer, ao menos totalmente, do discurso político vigente. Lidar com a conjuntura ibérica implica também lidar com esta realidade que eventualmente, com causa ou sem ela, pode apegar-se a qualquer dos revivalismos que começam a manifestar-se pela Europa, identificando o outro, o adversário, com o estrangeiro, com o judeu, com o trabalhador imigrante, com o vizinho geográfico, com o adversário de batalhas históricas, de gestas centenárias, de projetos findos.

É curioso notar que na América do Sul a relação do mito parece invertida, porque é o Brasil lusíada que tem alguma reputação de imperialista, com referência a recordações históricas guardadas por exemplo na memória do Paraguai ou do Uruguai, e ligação à imagem da enormidade geográfica do país, vizinho de praticamente todas as soberanias. Também parece ali uma percepção ultrapassada pelos fatos, e que em nada perturba o processo de cooperação global, sempre prejudicado antes pela instabilidade crônica dos regimes políticos. Naturalmente os historiadores não omitem o peso que a crise uruguaia teve quando, por 1863, "milhares de brasileiros, estancieiros, colocados na zona fronteiriça, queixaram-se das tropelias e das injustiças que os afligiam"⁽¹⁰⁾. Também no caso da guerra do Paraguai foi a questão das fronteiras físicas a causa mais determinante, embora a questão do Uruguai andasse nos pretextos, e a doutrina diplomática dos povos envolvidos não pode ignorar um passado relativamente tão recente. Mas nas análises da política corrente, nos programas, manifestos, e debates, não parece detectar-se qualquer peso dessa memória histórica na condução da política de boa vizinhança, cooperação e integração do espaço sul-americano.

3 - A questão peninsular da relação com a unidade européia em progresso tem um problema de fronteira que interessa a cada uma das soberanias em particular, à cooperação de ambas, e à política externa comum das comunidades européias⁽¹¹⁾. "Para o exame do novo problema peninsular, não é necessário envolver-nos na discussão desafiante das fronteiras físicas da CEE, da fronteira Leste da Grande Europa, da revisão das fronteiras internas que está em curso com grandes perigos e danos.

(10) CALMON, Pedro. *História do Brasil*, V. Rio de Janeiro, 1959, p. 1722.

(11) DEBRAY, Régis. *Les empires contre l'Europe*, Paris, 1985, onde examina a questão, então central, de "L'Europe entre l'Amérique et la Russie".

Aquilo que nos interessa é justamente o atlantismo, ele também com um vertente da Europa da frente marítima que construiu os grandes impérios coloniais, outra respeitante diferentemente a cada uma das soberanias da península, porque o patrimônio se projeta em continentes diferentes.

Quanto à última vertente, já anotamos que a América Latina parece integrar o objeto principal da hispanidade, e que o lusotropicalismo soma ao Brasil a obra de África, mas nas duas costas, mas, para o nosso tema, especialmente nas margens do Atlântico Sul.

A convergência das perspectivas de ambas as soberanias implica alguma valorização da antiga presença castelhana na Guiné e em Fernando Pó, referências que não podem deixar de ser tomadas em conta na teoria geral para a qual pretendemos chamar a atenção. Entre os fatos que essa tentativa de racionalização considera, avulta naturalmente a cadeia de territórios onde, na África atlântica, se fala português, isto é, Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, e Angola. A primeira nota saliente é que as línguas peninsulares são hoje respectivamente faladas por milhões de pessoas, que territorialmente se vizinham, e que dispensam geralmente a mediação da tradução para o entendimento recíproco.

Este primeiro grande fato servirá de ponto de partida para aplicar ao caso a análise da soberania que conclui pela sua decomposição em vários poderes de lógica autônoma, com reflexos também na pluralidade das fronteiras, das quais a física é apenas uma delas ⁽¹²⁾.

A evolução da interdependência mundial tornou evidente que não é apenas o poder militar, e este nem sequer tem sempre de ser tomado em consideração, aquele que influi na balança dos poderes mundiais ⁽¹³⁾.

Autonomizaram-se a lógica do poder cultural com variantes ideológicas ou religiosas, e, em função das conjunturas, o equilíbrio também varia. Suposta a paz, o exercício da lógica do poder financeiro e da lógica do poder industrial pelas antigas potências vencidas da guerra de 1939-1945, a Alemanha e o Japão, colocou-se no topo da hierarquia das potências, situação que obviamente não possuem no que respeita à lógica do poder militar. Muito expressivamente, o conflito do Golfo mostrou a superioridade da lógica do poder militar dos EUA, mas não demonstrou que mantivesse os atributos de superpotência, visto que necessitou da concorrência na ação dos poderes financeiros das petromonarquias e das potências que vencera na segunda guerra mundial.

Estas insuficiências de poder, variáveis para cada Estado e variáveis nos domínios de ação, obrigam a rever muitos aspectos do conceito clássico de Estado soberano, implicam o aparecimento de novas unidades políticas geralmente chamadas grandes espaços, e refletem-se imediatamente no

(12) MOREIRA, Adriano. *Ciência Política*, 3.ed., Coimbra, 1989; Para um novo conceito estratégico nacional, in *Comentários*, cit., p. 37.

(13) TOOD, Emmanuel. *La chute finale*, Paris, 1990, onde examina o avanço das fronteiras do capitalismo contra a esfera soviética, pag. 161.

conceito básico de fronteira.

Em primeiro lugar, a fronteira física absorvente da noção de limite territorial do Estado, amado e sagrado pelos valores da história e do patriotismo, evoluiu para um conceito de fronteiras espirituais, abertas à livre circulação de pessoas, mercadorias, e capitais, mas sobretudo impotente para deter os efeitos da revolução da informação.

As fronteiras físicas, com o ponto crítico da mudança situado na própria Europa criadora da antiga doutrina, delimita o espaço físico onde a comunidade vive de acordo com os padrões que lhe conferem identidade, mas não impede que o pluralismo cresça por imigração de pessoas ou padrões, que a mudança ou a erosão resultem designadamente de agressões exteriores.

As revoluções mundializantes definiram um quadro em que as fronteiras também se multiplicaram em função das lógicas de cada um dos poderes detidos pelos centros de decisão política, dando origem a competições também áruas e com as suas vítimas ⁽¹⁴⁾.

Os EUA lutam atualmente no GATT para que não sejam postos obstáculos à expansão das suas fronteiras comerciais, e todos os ocidentais lutaram para que as fronteiras ideológicas da URSS parassem de se alargar pelos vários continentes.

As comunidades transnacionais por definição, como as religiosas, vivem dentro de uma fronteira espiritual que ignora as limitações das fronteiras físicas ou econômicas, ou entram em conflito com elas, e por isso, nesta data, ao lado da fratura entre povos da Europa da economia de mercado, e povos da Europa da economia de desastre, a maior relevância será talvez para a fratura entre cristãos de obediência católica e protestante, e cristãos ortodoxos que dominam na área do império soviético em dissolução.

Foi esta noção que inspirou o grande antropólogo Gilberto Freyre quando identificou aquilo que chamou o lusotropicalismo, uma identidade cultural emergente e vigente nos territórios onde se exerceu a ação colonizadora portuguesa, e que persistiu para além da mudança das estruturas políticas e do abandono da soberania. A implantação da língua é um primeiro e fundamental elemento dessa identidade, mas acrescenta-se a troca de padrões entre as culturas locais e a cultura levada pela soberania colonizadora, num sincretismo que tem ainda manifestação visível na miscigenação, nas famílias mistas, na eliminação dos mitos raciais de toda a espécie.

Com uma vasta obra que fez época e marcou a evolução do saber nestes domínios, ocorreu-lhe donominar este fenômeno com a expressão - **O Mundo que o português criou**. É documentado que as alterações políticas, as independências e os conflitos que as acompanham, não abalam

(14) TAMANES, Ramón. *Un nuevo orden mundial*, Madrid. 1991, p. 292 e segts.

necessariamente a identidade criada, e que uma fronteira espiritual une os territórios e as comunidades, requerendo conjugação de esforços e comunhão de atitudes.

Embora tenha inevitavelmente características específicas, e sem elas não possuiria identidade perante as outras culturas, este fenômeno tem equivalente na evolução de outros encontros culturais e assim acontece com a expansão da língua e da cultura espanhola no mundo, **o mundo que o espanhol criou**. O próprio Gilberto Freyre, sempre atento à realidade brasileira e lusotropical, mas também profundamente empenhado na tentativa de compreender a identidade latina do continente americano, alargou o seu conceito ao de iberotropicalismo, que já não teve tempo de aprofundar, e sobretudo de documentar com a minuciosa observação em que se baseou o seu trabalho.

Não é difícil reconhecer que a tentativa de Churchill, certamente com objetivos políticos mas adotando uma perspectiva certa, de escrever a história dos povos de língua inglesa, andava a tentar estabelecer o traçado do **mundo que o inglês criou** ⁽¹⁵⁾.

4 - A aplicação dos conceitos gilbertianos ao Atlântico Sul, englobando os territórios onde a língua é portuguesa ou espanhola, e avaliando, em cada hipótese, o peso da história e das sociedades mistas que foram criadas, aponta para um corolário da perspectiva, o de reconhecer uma realidade cultural, em primeiro lugar determinada por fronteiras espirituais, e que é aquilo que chamamos o Oceano Moreno. Esta designação, que apenas é proposta para fins de análise, aproveita da terminologia gilbertiana e procura, como ele, partir do primeiro resultado físico da miscigenação, o mulato no qual convergem as heranças de ambas as etnias, mas que se liberta culturalmente das cargas negativas decorrentes dos mitos raciais que estão ligados com outras expressões correntes. Encontram-se dependentes do mesmo Oceano soberanias que governam territórios do passado colonial francês ou inglês, mas não pode ignorar-se a proeminência do acultramento ou português ou espanhol, tendo sobretudo em conta a América Latina e, na outra costa, a promissora e vasta Angola.

Há meio século, porque o exercício solitário da soberania que correspondia à sociedade internacional ainda era fundamentalmente individualista, a visão integrada da área não era sugerida pela realidade da interdependência dos Estados.

Todavia, nesta data, quando as Comunidades Europeias caminham para a unidade política, para a política externa comum, e para a comum política de defesa, a avaliação das fronteiras que excedem os seus limites físicos, e a conjugação da expressão atlântica de cada um dos membros, são parte importante do património europeu em definição, e são parte essencial da autonomia de ação a que cada um dos Estados membros não

(15) GOLOSSO, Guiseppe. *A outra Europa*, Lisboa, 1987. e Guy Héraud, *Peuples et langues d'Europe*, Milão, 1966. analisam o pluralismo europeu, que se projetou no mundo pluralmente.

pode renunciar. Com isto indicia-se que o alargamento das comunidades que se traduziu na entrada de Portugal e Espanha, de fato alargou e consolidou as fronteiras não físicas das Comunidades, e torna legítimo e oportuno meditar sobre a medida de atualidade do conceito do Atlântico Sul como *Mare Nostrum*. Não, evidentemente, para voltar ao jogo dos poderes políticos, com os acidentes e conflitos tradicionais, mas para tornar evidente, definida e assumida, uma específica responsabilidade das soberanias ribeirinhas voltadas para a cooperação, com a presença europeia de novo especialmente a cargo dos povos peninsulares, agora cooperantes e não competidores e adversários.

É compreensível, e até irrecusável, que os problemas do Mediterrâneo, não apenas os da paz mas também os da segurança instável, ocupem mais ostensivamente as atenções dos países do flanco sul europeu, e que a Espanha deduza as obrigações e responsabilidades que decorrem da situação geográfica que lhe pertence, e das amarras históricas que teceu. Mas a eventual crise dessa área não pode fazer descurar os interesses atlânticos, e Portugal é a estes que está mais particularmente ligado, e por eles assume naturalmente maior responsabilidade.

As circunstâncias do mundo não permitem que estas buscas de identidade, esta construção de grandes espaços superadores das insuficiências do Estado clássico, estes apelos à cooperação, considerem apenas os tempos de paz e do desenvolvimento, sobretudo urgentes em relação ao sul pobre que se desenvolve ao redor das costas do Atlântico Sul, grande parte dele abrangido pelas fronteiras da geografia da fome.

O fim da guerra fria em 1989, um fenômeno que condicionou todas as tentativas em curso no sentido de descobrir uma maneira de sair em paz do século XX, fez aparentemente desaparecer a ameaça do holocausto que caracterizou o mundo bipolar em que vivemos meio século de angústia, mas obrigou a repensar toda a problemática da segurança. Presentemente a Europa, que vivia devotada ao desenvolvimentismo entregando a responsabilidade da segurança à NATO, viu todo o seu programa político afetado e dinamizado pelos acontecimentos exteriores⁽¹⁶⁾. Pretendo limitar as inevitáveis considerações sobre esse aspecto ao atlantismo europeu e peninsular, em vista da natureza dos temas que predominam nestes encontros, mas esta questão do Oceano Moreno, definido pela história, pela cultura miscigenada e sincrética, pela língua, pelas solidariedades humanas, comunitárias e políticas, tem implicações evidentes também com a questão da segurança, tal como esta se perfila depois de 1989. Trata-se do problema do Pilar Europeu, em que os povos peninsulares estão obviamente implicados, e também se trata da área de responsabilidade que não se confunde com a partilha de encargos dentro da clássica zona da NATO.

Esta acantonou-se pelo Atlântico Norte, em decorrência do risco

(16) FONTAINE, André. *L'un saus l'autre*, Paris, 1991, examina longamente o fim do bipolarismo e dá um quadro atualizado da conjuntura.

dos interesses próprios e comuns que foi especialmente definido pelos Estados Unidos, mas nunca foi retórica a questão de saber como é que pode haver segurança no Atlântico Norte sem garantir a segurança no Atlântico Sul.

Mudadas radicalmente as circunstâncias, o atlantismo europeu parece especialmente voltado para o Sul. O que tudo significa que as relações transatlânticas, no limiar do século XXI, são um tema que alargou a sua atualidade do norte ao sul, que a Europa unida tem uma responsabilidade própria e comum, que a distribuição de funções tem inevitavelmente de considerar a presença portuguesa e espanhola no Arco Atlântico. Estamos certamente numa hora indecisa, como já foi chamada, e não é fácil tecer cenários que a evolução confirme, tantas foram as lições de modéstia que a evolução imprevisível do leste deu aos responsáveis e analistas⁽¹⁷⁾.

Mas existem alguns elementos que podem ajudar a iniciar a teorização do processo, designadamente a zona económica exclusiva (ZEE) de cada Estado e das Comunidades como um todo. Não é de prever que um tal império marítimo, definido tendo cada parcela como centro uma ilha, um arquipélago, um Estado continental de vinculação cultural europeia, possa ser globalmente considerado periférico e abandonado ao descaso, ou à atenção de terceiros que nada tenham a ver com a Europa em formação⁽¹⁸⁾. Por muito que os fatos apontem para a distribuição natural de funções entre os Estados membros, a vontade política é indispensável para as dinamizar no sentido e a favor de conceitos estratégicos adotados. Não chega que a história, a natureza das comunidades que emergiram do encontro colonizador, a predominância da língua, apontem para o Oceano Moreno de vinculação predominantemente ibérica, especialmente portuguesa e espanhola. É necessário que a alma atlântica seja reencontrada, para que não sejam outros projetos e outras vontades a assumir as responsabilidades. Lembramos que espanhóis e franceses, designadamente na Conferência das *Regions Périfériques et Maritimes*, onde se destaca a Comissão do Arco Atlântico, começaram a meditar esta dimensão europeia, tal como aconteceu em Portugal, onde a cidade do Porto reclama uma posição de vanguarda neste momento.

Mas o movimento indispensável da sociedade civil, que se manifesta nessas realizações, não dispensa nem substitui a intervenção dos órgãos do poder político na definição de uma doutrina de segurança.

O mar não se transformou num simples tema poético para os

(17) RAPPORT, Document 1284, *Les relations extérieures de l'UEO, L'élargissement de l'UEO*, Assemblée de l'EUO.

(18) *Relações Transatlânticas no limiar do Século XXI*, Colóquio Internacional, 21 a 23 de Março de 1989, Ponta Delgada (Açores), coordenação da Universidade dos Açores; *O Arco Atlântico*, Porto, 1991, coordenação do Fórum Portucalense; Daguzan, *L'Espagne à la croisée des chemins*, Paris, 1988; IFRI, *La nouvelle Espagne* (dossier), in Ramses 90, Paris, 1989.

peninsulares, nem as transformações das estruturas políticas, o desabar sucessivo dos impérios europeus, ou o desaparecimento dos constrangimentos bipolares, fizeram extinguir, com a ameaça, as exigências da segurança. Coordenada esta com a NATO para o Atlântico Norte, com a CSCE para conseguir a ordem pacífica interna da Grande Europa, com a UEO a servir de base ao Pilar Europeu, a área de segurança presentemente a cargo da Europa não parece que possa ignorar os interesses atlânticos das comunidades, nem as vocações naturais dos Estados membros, como é o caso de Portugal e também é o caso da Espanha. O lusotropicalismo não é um valor dispiciendo, é uma realidade valiosa do patrimônio comum da Humanidade, do patrimônio português, e portanto do patrimônio europeu; a hispanidade não é um valor dispiciendo, é uma realidade valiosa do patrimônio comum da Humanidade, do patrimônio espanhol, e portanto do patrimônio europeu. A linha das ilhas e dos arquipélagos de soberania portuguesa e espanhola, definiu interesses marítimos que projetam as fronteiras da Europa para o Atlântico, e fazem com que esses territórios correspondam mal ao conceito de periferia, porque são os pontos fundamentais da definição dos limites dos interesses territoriais e marítimos dos europeus. A partir desses pontos começa a definição das fronteiras espirituais dos europeus, que as devem reconhecer lusotropicalis e iberotropicalis na maior parte da sua abrangência e extensão.

A identidade do Atlântico Sul, a sua especificidade em face do Atlântico Norte, sem prejuízo da solidariedade, resulta sobretudo dessas presenças peninsulares, tem sobretudo a ver com a realidade sul-americana e com a emergente realidade da costa africana, onde Angola pretende ser a réplica do Brasil, se a paz recompensar os sacrifícios de tantos anos de guerra por procuração ⁽¹⁹⁾.

Não esteve ao alcance do saber dos homens conseguir que as sínteses dos encontros das etnias e das culturas diferentes dispensassem a violência, a guerra, o domínio político. Mas o saber de experiência feita ensina que as sínteses conseguidas devem ser preservadas e desenvolvidas, substituindo as armas da guerra pelas armas da paz. O Oceano Moreno é um projeto de paz

(19) A crise atual do Brasil é severa. THERY, H. *Le Brésil*, Paris, 2. ed., 1989; *Le Brésil au pluriel*, (dossier), Vingtième Siècle, n. 25, 1990, Paris.

O oceano moreno